



PESSOAS AGRESSORAS

MANUAL DA PREVENÇÃO
À IDENTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

INTRODUÇÃO

O cidadão contemporâneo pauta-se por expressões agressivas, mais do que positivas, o que frequentemente leva a atitudes violentas, sendo estas contextualizadas a partir de pequenos acontecimentos, embora os que têm mais ênfase na comunicação social são centradas na violência doméstica (Habigzang, 2016).

Os dados estatísticos - PORDATA - demonstram uma alta incidência de crimes contra pessoas o que nos leva a refletir se estes dados se circunstanciam a violência doméstica ou violência interpessoal, contudo, sabe-se que a agressividade gera-se no contexto familiar, ambiental e pessoal. Ao longo do ciclo de vida das pessoas, a agressividade apresenta-se com características diferenciadas e influenciadas por condições sociais particulares de cada um. O agressor evidencia comportamentos e atitudes desajustadas na tenra idade, aos quais se deve estar atentos, e enveredar esforços no sentido de terem um acompanhamento especializado para prevenção em idade adulta.

Este manual tem como objetivo sensibilizar a comunidade em geral para a prevenção e identificação dos agressores de modo a contribuir para uma intervenção mais eficaz, bem como, a abertura de discussão e orientação para a intervenção na prevenção e encaminhamento destes casos.

Este manual serve como linhas gerais de identificação e prevenção de comportamentos agressivos e agressores, no entanto, a parte de intervenção é individualizada e diferenciada caso a caso, tendo em conta, o contexto e a pessoa, sendo esta, posteriormente reencaminhada e acompanhada por técnicos formados na área.



ÍNDICE

- 6. ENQUADRAMENTO LEGAL
- 8. PREVENÇÃO DOS COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS
- 10. DA INFÂNCIA À ADOLESCÊNCIA
- 11. A FASE ADULTA
- 14. PERFIL DA PESSOA AGRESSORA
- 15. PARA QUEM ENCAMINHAR; INFÂNCIA – ADOLESCÊNCIA; ADULTOS
- 16. CONCLUSÃO
- 19. BLIOGRAFIA

ENQUA- DRAMENTO LEGAL



A integridade física e moral da pessoa humana é considerada, à luz do entendimento da comunidade, um elemento essencial da dignidade da pessoa humana, uma vez que o seu desrespeito obstaculiza à plena realização do indivíduo enquanto pessoa, quer na sua intimidade, quer na sua dimensão social, traduzida na sua vida pública e no relacionamento com os outros.

Não se trata apenas de uma forma de justiça, na sua vertente de não causar dano ou prejuízo a outrem, mas também um imperativo de segurança sem o qual é impossível a vida em comunidade que garante que a integridade física, assim como a integridade moral do indivíduo, seja considerado um bem jurídico penalmente relevante, ou seja, assume uma tão especial importância que a sua violação demanda o seu tratamento como crime com a correspondente ação penal.

O Código Penal prevê vários atos ilícitos típicos fundados no exercício de violência, seja física ou psicológica.

Na verdade, os crimes podem ter natureza pública, semi-pública e particular, o que pode implicar uma maior influência da pessoa ofendida, nomeadamente através do exercício do direito de queixa, no prazo legalmente estabelecido para o efeito e, no caso dos crimes particulares, a necessidade adicional de se constituir assistente no âmbito do processo, de estar obrigatoriamente representado por advogado. A lei prevê atualmente medidas de auxílio e proteção das vítimas de crimes, que podem assim dispor do apoio das autoridades no decurso do processo penal, de forma a garantir a sua segurança.

Um desses exemplos é o mecanismo de avaliação do risco de violência doméstica, que poderá fundamentar a adoção de medidas protetivas das vítimas e determinar, de certo modo, a atuação junto do agressor, através da aplicação de uma diversidade de medidas de coação que protegem a vítima do crime denunciado, tais como a medida de afastamento, o controlo através de vigilância eletrónica, o botão de SOS que a vítima pode acionar em caso de emergência perante a abordagem de risco por parte do arguido.

É importante que os cidadãos sejam informados de que no plano da reparação dos danos causados à pessoa ofendida a legislação prevê a possibilidade de apresentar pedido de indemnização, ou seja, a possibilidade de demandar o agressor de modo a obter a sua condenação no pagamento de quantia destinada a ressarcir por danos patrimoniais (despesas tidas com assistência médica, lucros cessantes, entre outros) e a compensar por danos não patrimoniais (como sejam a dor, o sofrimento, a angústia, o dano biológico, o dano estético, entre outros).

É assim importante ressocializar os agressores de modo a criar uma consciência individual e coletiva da necessidade de preservar a integridade física e moral das pessoas, através de um comportamento de abstenção do cometimento de crimes.

Torna-se, também, importante e premente que seja difundida e reiterada a mensagem de combate a qualquer tipo de violência, seja junto das famílias, nos seios familiares privados, bem como nos meios escolares, onde propagam situações de violência no namoro, de modo a educar e sensibilizar as jovens gerações para o não cometimento deste e de outro tipo de crimes, como os acima assinalados, e fazê-los perceber a negatividade de tais práticas ilícitas para as suas vidas e a sua integração na sociedade, na família e até no seio profissional.



O uso de violência leva a um sofrimento não só da vítima, mas também do agressor. A adoção de comportamentos agressivos está associada a variados fatores de risco que podem, a longo prazo, implicar défices significativos no desenvolvimento da pessoa agressora. Atualmente, compreende-se que as causas do comportamento agressivo são explicadas por um modelo biopsicossocial e por fatores situacionais, nomeadamente provocação, posse de armas e momentos desencadeantes, tais como consumo de substâncias.

O objetivo das abordagens de prevenção dos comportamentos agressivos deve ser neutralizar os fatores de risco e promover os fatores de proteção, procurando promover alternativas comportamentais construtivas aos comportamentos agressivos. Desta forma, investigações científicas que se focam nesta área evidenciam que a aquisição de competências sociais e emocionais reduz a opção pelo uso de comportamentos de violência, pelo que as mesmas devem ser ensinadas e transmitidas (Frey et al., 2000).

De acordo com a literatura, programas de prevenção são recomendados em escolas, de forma a alcançar o máximo de crianças possíveis, nomeadamente crianças de famílias de alto risco, com vista à redução de processos como estigmatização e promoção de competências sociais (Schick & Cierpka, 2016). No entanto, deve-se salientar que os programas de prevenção podem variar entre vários subtipos:

› **Prevenção primária** de carácter universal, dirigida a todos os alunos de uma determinada escola/turma e com vista a prevenção geral do desenvolvimento dos comportamentos agressivos;

› **Prevenção secundária** de carácter seletivo, dirigida a alunos identificados como pessoas de risco para o desenvolvimento de comportamentos agressivos;

› **Prevenção terciária** de carácter indicada, dirigida a alunos já com comportamentos agressivos significativos.

Para se compreender as origens de comportamento agressivo e prevenir o desenvolvimento efetivo destes comportamentos, é também necessário distinguir as diferentes formas de agressividade. A forma geralmente

PREVENÇÃO COMPORTAMENTOS

considerada como mais problemática e/ou inaceitável é a agressão física; no entanto, esta forma de agressão é resultante de formas menos “observáveis”, mas presentes, tal como a agressão verbal (Tremblay, 2000).

Em conclusão, programas focados na prevenção de comportamentos agressivos devem ser dirigidos:

› **A crianças, com vista:**

- o estabelecimento de objetivos e valores;
- Ao desenvolvimento de competências sociais, tais como formas de comunicação assertiva e interpretação de situações, gestão de conflitos e resolução de problemas, tomada de consciência das origens da agressividade e pensamentos automáticos, desenvolvimento de pensamentos e estratégias comportamentais alternativas;
- À promoção de competências socioemocionais, tais como o desenvolvimento da empatia, a aprendizagem da expressão física e verbal das emoções, a compreensão e aceitação das alterações emocionais, o controlo de impulsos, a valorização pessoal e a promoção de autoestima.

› **A professores e funcionários de escolas e instituições, com vista:**

- À obtenção do compromisso para a mudança e alocação de recursos;
- À formação contínua dos profissionais para a promoção e implementação do treino de competências sociais e competências socioemocionais nas crianças.

› **Aos pais e outros familiares significativos, com vista:**

- À aprendizagem de formas de comunicação entre o casal e para com os filhos, de uma forma

ATENÇÃO DOS COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS





DA INFÂNCIA À ADOLESCÊNCIA





Os fatores que influenciam os comportamentos de risco podem ter origem diversificada. Estes comportamentos podem advir do contexto familiar, do contexto ambiental e pessoal.

Em contexto familiar, podemos verificar alguns fatores que potenciam a ocorrência de comportamentos agressivos ou anti sociais: baixa situação socioeconómica; nível de stress e instabilidade emocional; ausência de regras e limites; ausência de limites pessoais; falta de coerência e consistência; ausência de assertividade, hiper-proteção e falta de supervisão. Verifica-se um aumento da transferência de competências parentais para adultos/entidades externas ao contexto familiar como serviços, técnicos, escola... e por último, falta de equilíbrio nas consequências dos comportamentos desajustados, como a punição física (Habigzang, et al 2016).


Em contexto ambiental, evidencia-se o grupo de pares anti sociais, os media, a ausência de hobbies e atividades recreativas.

Em contexto pessoal, as experiências de abuso físico e emocional e ou sexual, são também frequentes nos percursos de desenvolvimento dos agressores juvenis. Outro fator subjacente encontra-se na ausência de competências de auto regulação cognitiva emocional e comportamental. Muitas vezes a negligência e os maus tratos perpetrados pelos progenitores reforçam inevitavelmente os sentimentos de abandono e privação emocional (Rigo, et al, 2017).



A FASE ADULTA





A história de vida da pessoa adulta é determinante para o comportamento de violência bem como para se tornar um agressor.

A nível individual, considera-se algumas características como a impulsividade, psicopatologia, abuso de substâncias e historial de agressão e abuso.

A nível relacional, as famílias com relações conflituosas, disfuncionalidade da dinâmica familiar e problemas de parentalidade tem tendência para comportamentos mais agressivos e controlo sobre o outro. A questão de desigualdade de género, nomeadamente, no papel do homem e da mulher na família, pode contribuir para as atitudes mais violentas num casal. Algumas questões da condição socioeconómica também poderão estar presentes nos agressores.

A nível da comunidade, refere-se que o comportamento agressivo pode emergir em contextos e ambientes onde não existe vínculos sociais, onde existe maior número de densidade populacional e grupos sociais onde predomina tráfico de drogas e número elevado de desemprego.

Por fim, a nível social evidencia-se uma análise mais macro do tema em que a violência e a desigualdade são apoiadas por normas culturais e sociais, mas também políticas de saúde, sociais e educativas.

FATORES DE RISCO:

- Posse de armas (armas brancas e armas de fogo)
- Manifestação de ciúmes patológico
- Controlo obsessivo da atividade diária de alguém
- Atitudes extrema de dominância e poder
- Antecedentes criminais
- Padrões de vida anti sociais
- Comportamentos violentos generalizados
- Magoar o outro sem ter sentimento de remorsos

PERFIL DA PESSOA AGRESSORA

O que ataca sem ser provocado/a.

Há muitos estudos realizados em psicologia sobre as razões que leva a ser agressor. Desta forma, as experiências ao longo da nossa vida, infância a fase adulta, pode levar a determinadas ações. Desta forma, os estudos apontam para algumas características:

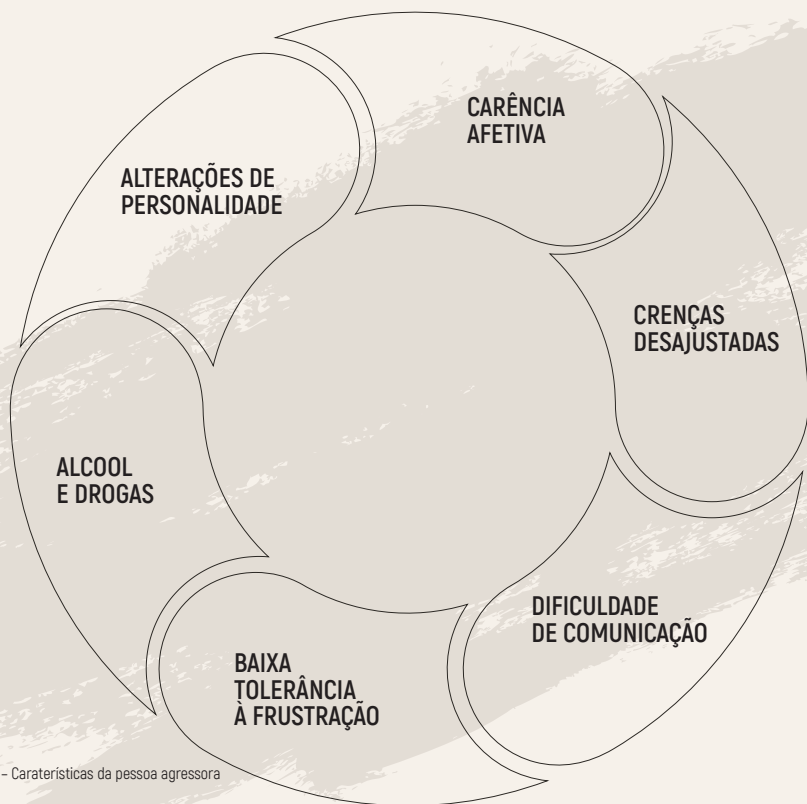


Figura Nº1 - Características da pessoa agressora

As características isoladamente não são determinantes, mas devem de constituir-se como fatores de risco.

Como cidadão, quando se identifica comportamentos agressivos ou se toma conhecimento de uma atitude agressiva ou de alguém que apresenta características de agressor, tem-se o dever de alertar e encaminhar para áreas/ instituições específicas que podem promover uma sociedade mais empática, pelo que neste capítulo deixamos sugestões de encaminhamentos.

PARA QUEM ENCAMINHAR

INFÂNCIA - ADOLESCÊNCIA

Em casos de crianças ou adolescentes:

CPCJ - 252320985

GNR - 252501360

PSP - 252373375

RAP - 931921470 (respostas de apoio psicológico a crianças e jovens)

ADULTOS

Em caso de agressores adultos, podem contactar o Projeto Homem que tem uma intervenção específica - SkyLight.

O projeto tem como objetivo primordial a intervenção com pessoas agressoras no âmbito da violência doméstica, com vista a prevenção da reincidência no crime e, consequentemente, a revitimização ou o aparecimento de novas vítimas. Acreditamos que, com o acompanhamento próximo e a (re)educação dos valores destas pessoas, conseguimos trabalhar na mudança de crenças desadaptativas e comportamentos disruptivos. Para isso, o Projeto Homem promoveu e desenvolveu este projeto delineando as seguintes atividades:

- Avaliação e intervenção psicológica individual;
- Avaliação e intervenção grupal;
- Desenho e implementação de atividades de sensibilização na sociedade.

Há também outra resposta, através do Agrupamento de Centro de Saúde (ACES)/ Equipa para a Prevenção da Violência em Adultos (EPVA) com objetivo de acompanhamento em consulta de medicina familiar e psicologia do adulto. Recordemos o modelo operativo para a prevenção da reincidência criminal, uma fonte inspiradora para o processo de acompanhamento dos agressores: Contacto: 252330245

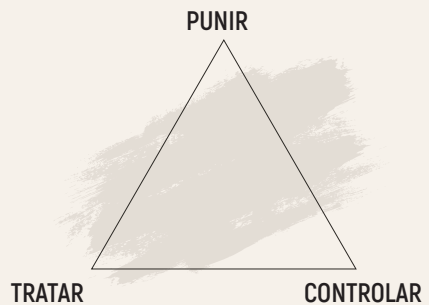


Figura Nº2 - Prevenção da reincidência de crime

Para esta área de intervenção importa responsabilizar, sensibilizar, tratar e acompanhar o agressor em caso de violência interpessoal.

CONCLUSÃO

O presente manual contém linhas orientadoras de identificação de um possível agressor e para o encaminhamento em rede, no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Esperamos sensibilizar a comunidade em geral para a prevenção da violência nos diversos contextos e para a compreensão da importância do acompanhamento do agressor.

O manual transpõe percursos para a identificação dos agressores de modo a contribuir para uma intervenção de acompanhamento para agressores no respeito da adesão destes a intervenção.

Em suma, esperamos que o concelho de Vila Nova de Famalicão apresente indicadores de diminuição da violência e de maior respeito pelas pessoas intervenientes nestes processos.





FICHA TÉCNICA

Edição: Câmara Municipal Vila Nova de Famalicão

Ano: 2023

PARCEIROS:

Conselheira Local para a Igualdade

Conselheiro Local para a Igualdade

ACES de Famalicão

CHMA

PSP de Famalicão

Polícia Municipal de Famalicão

Psi-On

Segurança Social

CPCJ de Famalicão

GNR de Famalicão

GNR de Riba de Ave

GNR de Joane

Rede Social

Casa Abrigo Associação das Lameiras

Ministério Público – Tribunal de V. N. Famalicão

Agrupamento de Escolas D.Sancho I

Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco

Agrupamento de Escolas de Ribeirão

Agrupamento de Escolas D.Maria II

Agrupamento de Escolas Pedome

Agrupamento de Escolas Gondifelos

Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado

Comissão Municipal de Proteção do Idoso





BIOGRAFIA

Habigzang, Luísa; Williams, Lúcia; Gomide, Paula (2016). *A outra face da violência - agressores em múltiplos contextos*. Curitiba. Ed.Juruá

Rijo, Daniel; Brazão, Nélio; Silva, Diana; Vagos, Paula (2017). *Intervenção psicológica com jovens agressores*. Lisboa. Ed.Pactor.

Bierman, K. L., Coie, J. D., Dodge, K. A., Greenberg, M. T., Lochman, J. E., McMahon, R. J., & Pinderhughes, E. E. (2000). Merging universal and indicated prevention programs: The fast track model. *Addictive Behaviors*, 25(6), 913-927. [https://doi.org/10.1016/S0306-4603\(00\)00120-9](https://doi.org/10.1016/S0306-4603(00)00120-9)

Crapanzano, A. M., Frick, P. J., & Terranova, A. M. (2010). Patterns of physical and relational aggression in a school-based sample of boys and girls. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 38(4), 433-445. <https://doi.org/10.1007/s10802-009-9376-3>

Demulder, B., Denham, S., Denham, S. A., Caverly, S., Schmidt, M., Blair, K., Demulder, E., Caal, S., Hamada, H., & Mason, T. (2003). *Preschoolers' understanding of emotions: Contributions to classroom anger and aggression*. *Preschool Emot ional Compet ence: Pat hway t o Social Compet ence? Preschool understanding of emotions: contributions to classroom anger and aggression*.

Frey, K. S., Hirschstein, M. K., & Guzzo, B. A. (2000). Second step: Preventing aggression by promoting social competence. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 8(2), 102-112. <https://doi.org/10.1177/10634266000800206>

Liu, R. X., & Kaplan, H. B. (2004). Role stress and aggression among young adults: The moderating influences of gender and adolescent aggression. *Social Psychology Quarterly*, 67(1), 88-102. <https://doi.org/10.1177/019027250406700108>

Lochman, J. E. (1992). Cognitive-Behavioral Intervention

With Aggressive Boys: Three-Year Follow-Up and Preventive Effects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 60(3), 426-432. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.60.3.426>

Lochman, J. E., Coie, J. D., Underwood, M. K., & Terry, R. (1993). Effectiveness of a Social Relations Intervention Program for Aggressive and Nonaggressive, Rejected Children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61(6), 1053-1058. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.61.6.1053>

Luizzi, L., & Rose, T. M. S. de. (2010). Intervenções para a prevenção e redução de comportamentos agressivos e a formação de professores TT - Intervenções for preventing and reducing aggressive behavior as part of teacher training. *Temas Em Psicologia*, 18(1), 57-69. file:///C:/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100006&lang=pt

O'Leary, S. G., & Vidair, H. B. (2005). Marital adjustment, child-rearing disagreements, and overreactive parenting: Predicting child behavior problems. *Journal of Family Psychology*, 19(2), 208-216. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.19.2.208>

Roberts, B. W., & DelVecchio, W. F. (2000). The rank-order consistency of personality traits from childhood to old age: A quantitative review of longitudinal studies. *Psychological Bulletin*, 126(1), 3-25. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.1.3>

Schick, A., & Cierpka, M. (2016). Risk factors and prevention of aggressive behavior in children and adolescents. *Journal for Educational Research Online*, 8(1), 90-109. <https://doi.org/10.25656/01>

Schiff, M., & BarGii, B. (2004). Children with behavior problems: Improving elementary school teachers' skills to keep these children in class. *Children and Youth Services Review*, 26(2), 207-234. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2004.01.009>

Speltz, M. L., DeKlyen, M., Calderon, R., Greenberg, M. T., & Fisher, P. A. (1999). Neuropsychological characteristics and test behaviors of boys with early onset conduct problems. *Journal of Abnormal Psychology*, 108(2), 315-325. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.108.2.315>

Tremblay, R. E. (2000). The development of aggressive behaviour during childhood: What have we learned in the past century? *International Journal of Behavioral Development*, 24(2), 129-141. <https://doi.org/10.1080/016502500383232>

